



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 1.2021.CPL.0576733.2020.018477

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO INTERPOSTO AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.001/2021-CPL/MP/PGJ-SRP, PELAS SENHORAS AMANDA MOURA E NIRLEY SILVA, REPRESENTANDO A EMPRESA **DBN EMPREENDIMENTOS**, EM **06 DE JANEIRO DE 2021**. PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO, FUNDAMENTAÇÃO E TEMPESTIVIDADE ATENDIDOS. MANTER A DATA DO CERTAME.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber e conhecer** os pedidos de esclarecimento apresentados pelas Senhoras **AMANDA MOURA e NIRLEY SILVA**, representando a empresa **DBN EMPREENDIMENTOS**, aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 4.001/2021-CPL/MP/PGJ-SRP, pelo qual se busca a *formação de Registro de Preços para eventual aquisição de material de consumo voltado ao grupo de material de higiene e limpeza e copa e cozinha, destinado ao atendimento das necessidades funcionais da Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, por um período de 12 (doze) meses, descritos, quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes no Edital e seus anexos.*

b) **No mérito, reputar esclarecidas** as solicitações, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame**, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO ESCLARECIMENTO

Adentrou nesta Comissão Permanente de Licitação, em **06 de janeiro de 2021**, os pedidos de esclarecimentos interpostos aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.001/2021-CPL/MP

/PGJ-SRP, pelas Senhoras **AMANDA MOURA (doc. 0576729)** e **NIRLEY SILVA**, representando a empresa **DBN EMPREENDIMENTOS (doc. 0576731)**, respectivamente, conforme transcrição do teor das solicitações:

Venho por meio deste, solicitar do Órgão alguns Esclarecimentos sobre o Edital do certame descrito no assunto deste E-mail.

1 - Quanto aos MATERIAIS: Na relação de materiais, constam 2 (duas) marcas mais o termo em equivalente em qualidade ou superior.

1.1 Visando saber se nossos produtos se enquadram dentro desses termos, gostaríamos de saber como será feita essa mensuração de qualidade?

2 - Quanto a regra de autenticação de docs não originais:

2.1 Toda documentação não original tem que ser autenticada, sob risco de inabilitação.

2.2 Salvo as de sites eletrônico

3 - Quanto HABILITAÇÃO:

3.1 Em relação aos itens 9.8.5 (cadastro estadual) e 9.8.6 (Certidão Estadual), há a possibilidade de envio

apenas da certidão estadual, ou é necessário o envio dos 2 (dois) documentos, sob pena de desclassificação.

att,

Amanda Moura

Bom dia,

Sr. (a) Presidente da comissão de licitação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pedimos cordialmente, dentro das possibilidades, o envio do Termo de Referência com os valores estimados pelo Órgão. Tal pedido é manifestado por motivos relevantes, uma vez que as paralisações devido a Pandemia do COVID19 estão afetando o estudo da composição dos preços para compor a Proposta de Preços.

A disponibilização dos valores estimativos vai ajudar muito nas negociações e proporcionar uma maior agilidade na participação das empresas no processo licitatório.

Desde já Agradeço

Atenciosamente,

Nirley Silva

Técnica de Licitação

2.2. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PJG 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretense licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensaria maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima*. Entretanto, há de se observar que a impetrante não cumpriu os requisitos de identificação exigidos no item 24.5 do Edital, o qual transcrevemos a seguir (com grifo nosso):

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 07/01/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública (até às 14hrs – horário local)**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

A identificação de que trata o item 24.5 do Edital, bem como o art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011, restou prejudicada na comunicação enviada pela pretensa licitante **AMANDA MOURA**, uma vez que não constam do pedido o nome completo e o CPF da representante e/ou CNPJ da empresa representada, conforme se vê do do email encaminhado (**doc. 0576729**).

Isto posto, esta Comissão Permanente de Licitação decidiu por bem receber e conhecer o presente pedido, preventivamente, no caso outras licitantes desejarem interpor o mesmo pedido de esclarecimento.

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretense licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu*, um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente acerca de possível ausência de informações do Edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a manifestação partiu de pretense licitante e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do art. 23 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

Faz-se necessário, contudo, estabelecer os critérios a serem utilizados na contagem desse prazo.

Sobre o tema, segue lição de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹,

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta”². Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:

O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...)

Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Utilizando-se da explanação apresentada, no particular caso sob exame tem-se que a licitação está marcada para iniciar-se em 30/01/2020, ocasião em que será realizado o credenciamento e a abertura das propostas dos licitantes, e, pela contagem regressiva dos 3 (três) dias úteis, **até o dia 24/01/2020, último minuto do encerramento do expediente no órgão**, poderia o interessado requerer esclarecimentos, conforme demonstrado no dispositivo editalício supracitado.

Como dito alhures, as interessadas, Sras. **AMANDA MOURA e NIRLEY SILVA**, representando a empresa **DBN EMPREENDIMENTOS**, interpuseram sua solicitação no dia 06/01/2021, às 9:42 e 9:53, via e-mail, ao endereço institucional deste Comitê. Portanto, as peças trazidas a esta CPL são, portanto, **TEMPESTIVA**.

Sendo assim, passemos à análise do pedido.

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.º 8.666/1993**, Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, quer na **Constituição Federal de 1988**, bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (*grifo nosso*)

Os questionamentos serão tratados individualmente, conforme solicitações das requerentes.

1. Sra. AMANDA MOURA

1 - Quanto aos MATERIAIS: Na relação de materiais, constam 2 (duas) marcas mais o termo em equivalente em qualidade ou superior.

1.1 Visando saber se nossos produtos se enquadram dentro desses termos, gostaríamos de saber como será feita essa mensuração de qualidade?

Resposta - as análises serão realizadas pelo setor competente, observando-se as especificações técnicas descritas no **Item 2 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS** do Termo de Referência Nº 8.2020.SAL.0543197.2020.018477, Anexo I ao Edital e parte integrante deste.

Ainda, o **Item 4 - DAS AMOSTRAS DO OBJETO** do mesmo termo, apresenta o procedimento adotado quando os itens ofertados forem diferente da marca de referência apresentadas no edital.

2 - Quanto a regra de autenticação de docs não originais:

2.1 Toda documentação não original tem que ser autenticada, sob risco de inabilitação.

2.2 Salvo as de sites eletrônico

Resposta - quanto a questão acima, dois dispositivos editalícios, abaixo transcritos, deixam claro o procedimento a ser adotado

9.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e **poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial**, não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital. (grifo nosso)

Ainda:

9.13. Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação, impreterivelmente, sob pena de desclassificação, observado o disposto no item 24.7 e subitem, à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

9.13.1. **Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.** (grifo nosso).

Portanto, serão aceitos documentos físicos ou eletrônicos, originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas ou por servidor da CPL (autenticação administrativa) ou mediante cartório digital respectivo que torne possível sua convalidação em sítio eletrônico respectivo, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is), de próprio punho ou mediante certificado digital padrão ICP-Brasil - que torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial.

Documentos produzidos pela própria licitante e tempestivamente juntados na sessão estarão dispensados de autenticação, devendo, porém, estar assinados em conformidade com o procedimento apresentado no parágrafo anterior.

Os documentos deverão estar disponíveis mediante juntada em anexo ao sistema Comprasnet ou em banco de dados de órgãos oficiais e passíveis de verificação/convalidação pela Comissão de Licitação.

3 - Quanto HABILITAÇÃO:

3.1 Em relação aos itens 9.8.5 (cadastro estadual) e 9.8.6 (Certidão Estadual), há a possibilidade de envio apenas da certidão estadual, ou é necessário o envio dos 2 (dois) documentos, sob pena de desclassificação.

Resposta - O subitem 9.8.5. do instrumento convocatório prevê o seguinte:

9.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao

domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Claramente o dispositivo exige documento(s) que prove(m) a inscrição em cadastro estadual, bem como o exercício de atividade comercial pertinente ao objeto da licitação em epígrafe. Nesse sentido, o(s) documento(s) apresentado(s) deve(m) suprir a exigência do item supracitado, seja mediante a apresentação da própria certidão de cadastro de contribuinte estadual, seja por outros que produzam o mesmo efeito.

1. Sra. NIRLEY SILVA - DBN EMPREENDIMENTOS

"Sr. (a) Presidente da comissão de licitação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pedimos cordialmente, dentro das possibilidades, o envio do Termo de Referência com os valores estimados pelo Órgão.

[...]"

Resposta: tal pedido nos remete à possível apresentação do valor estimado pela Administração para a contratação do objeto em voga, o cerne da indagação da interessada é direto e simples e, portanto, reclama pronunciamento pontual e sem muita digressão, muito mais por se tratar de questão de pacífico entendimento no âmbito da Corte Máxima de Contas da União.

Bem se sabe que as contratações públicas são regidas por vários princípios e critérios, dentre os quais, certamente, o da publicidade. Ocorre que, no caso particular em apreço, há que se considerar, sobretudo, outros princípios de muito maior relevância, repisamos, *in casu*, já que, em abstrato, não se pode afirmar a sobrepujança de um princípio sobre o outro. Referimo-nos, assim, aos critérios da competitividade, impessoalidade e da igualdade entre os concorrentes.

I) Levando-se em conta a **competitividade** do certame, a experiência vivenciada pelo Órgão conduz à irrefutável conclusão de que a revelação do preço máximo a ser desembolsado com este tipo de contratação **faz com que as propostas dos licitantes orbitem em torno daquele valor**, o que prejudica a obtenção das melhores condições de contratação, em patente afronta ao princípio sob exame.

Em outras palavras, pela óptica da Administração Pública, restaria prejudicada a possibilidade de negociação do preço com o licitante vencedor preconizado no inciso XVII do artigo 4º da Lei 10520/2002³.

Desse modo, com a divulgação do valor estimado o dispositivo supracitado tornar-se-ia letra morta, perdendo, portanto, sua finalidade. Ora, o licitante vencedor sabendo que sua proposta se encontra dentro do estimado, em tese, não se abriria a negociação, pois sabe que a Administração deve contratá-lo com o preço inicial ofertado, uma vez que está no limite da estimativa.

II) Considerando-se a **impessoalidade e isonomia entre os interessados**, à luz da

solicitação em análise, **ambos os critérios seriam ofendidos** ao conceder-se, única e exclusivamente, à empresa que pedisse, as informações alusivas à quantia máxima disponível para desembolso pela Administração. Dito de outra forma, não há como se garantir impessoalidade e, portanto, isonomia, se as regras aplicadas no certame não forem conhecidas por todos e pelos mesmos meios.

Tudo isso porque, lembramos, caso fosse admitida a consulta anterior à tal fase, além de se comprometer a livre disputa e a possível contratação mais vantajosa, estar-se-ia, flagrantemente, desrespeitando o princípio da isonomia.

Em ambos os sentidos (I e II), há farta jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União corroborando com o que aqui se apregoa, tais como os Acórdãos 644/2006, 1925/2006, 114/2007, 1789/2009, todos do Plenário do TCU. Eis o trecho do voto do Relator, **Ministro José Jorge**, do Processo nº TC 033.876/2010-0, atinente ao **ACÓRDÃO Nº 392/2011 – TCU – Plenário**:

“

[...]

Portanto, nas licitações na modalidade de pregão, os orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários – e, se for o caso, os preços máximos unitários e global – não constituem elementos obrigatórios do edital, devendo, no entanto, estar inseridos nos autos do respectivo processo licitatório. Caberá aos gestores/pregoeiros, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir tais orçamentos – e os próprios preços máximos, se a opção foi a sua fixação – no edital, informando nesse caso, no próprio ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-los.” (g.n.)

No julgamento do mesmo processo, decidiu o Plenário daquela Corte:

“

[...]

não seria obrigatória a fixação de preço máximo, tampouco a divulgação do valor orçado, por se tratar de pregão. Pelas razões já expostas, ficaria a critério do órgão fixar o preço máximo, sendo igualmente discricionária a sua divulgação.” (g.n.)

Esse posicionamento foi reafirmado na sessão plenária do TCU, do dia 20 de agosto de 2014, decidindo-se que,

na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, mas deve estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Plenário. Acórdão n. 2.166/2014. Relator: min. substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão de 20 ago. 2014.)

Debatendo sobre o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o **Ministro Benjamin Zymler**, à época presidente do Tribunal de Contas da União, ao comentar as inovações desse novo regime de licitações, destacou que “o sigilo sobre o orçamento evitará que as propostas gravitem em torno do orçamento fixado pela Administração,

ampliando-se a competitividade do certame.”

Em outras palavras, a prática adotada pelo *Parquet*, é dizer, o sigilo sobre o orçamento, traduz a posição defendida pelo TCU, isto é, amplia a disputa e consagra a competitividade do certame, culminando no princípio basilar da licitação: a busca da melhor proposta para a Administração Pública.

Vale destacar que, após a fase de lances, caso o valor ofertado pela licitante permaneça acima do valor estimado pela Administração, **este será informado pelo(a) Pregoeiro (a) com intuito de lograr melhor preço para o Órgão**. Isto significa valor igual ou menor que o estimado, caso contrário, a proposta não poderá ser aceita com fundamento no subitem 9.2.2. do instrumento convocatório.

Outrossim, cabe destacar que se trata de uma prática comumente adotada por esta Instituição há bastante tempo. Corroborando, temos que o novo decreto regulamentador do Pregão Eletrônico, qual seja, o Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, **consagrou tal procedimento, afastando quaisquer entendimentos em sentidos contrários:**

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no [§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e no [art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#).

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Vale ressaltar também que, após a fase de lances, será ampla a possibilidade de acesso, por parte dos licitantes, ao processo administrativo de onde constam os orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários.

Por derradeiro, ressalta-se que todos os procedimentos licitatórios de interesse desta PGJ/AM passam por uma rigorosa **fase interna**, incluindo, pesquisa de preços para apuração do valor médio, a fim de refletir o real preço praticado no mercado.

Em face do exposto acima, este Pregoeiro, em cumprimento ao item 23.6 do ato convocatório, **considera esclarecida a solicitação**, reputando, portanto, desnecessária neste momento, em conformidade com a prática adotada pelo *Parquet*, a divulgação da informação solicitada.

4. CONCLUSÃO

Dessarte, recebo a solicitação feita pelas Senhoras **AMANDA MOURA e NIRLEY SILVA**, representando a empresa **DBN EMPREENDIMENTOS**, para, no mérito, reputar esclarecidos os questionamentos.

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, razão pela qual mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais.

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 12 de janeiro de 2021.

Maurício Araújo Medeiros
Pregoeiro - Portaria nº 28/2021/SUBADM

1In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 1ª edição, 3ª tiragem, 2004, págs. 503/504.

2Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

3Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

XVII - nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Araújo Medeiros, Secretário(a) da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 12/01/2021, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0576733** e o código CRC **E6F2174F**.